



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 16, n. 190, dez. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Defensoria Pública e iniciativa legislativa: uma abordagem a partir da Constituição da República às Constituições Estaduais
Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira
- ◆ Direito ao silêncio: breve notícia da jurisprudência norte-americana
Cristiano de Jesus Pereira Nascimento
- ◆ A legitimidade ativa extraordinária do Ministério Público de Contas para, judicialmente, defender interesses institucionais e/ou seus direitos-função por meio do Mandado de Segurança
Fêres El Assal
- ◆ Poderes da Administração Pública
Floriano de Azevedo Marques Neto
- ◆ A convergência entre cooperação processual e consensualidade administrativa na gestão do Estado Democrático de Direito
Thaís Marçal, Jessé Torres Pereira Junior
- ◆ Direito administrativo consensual, acordo de leniência e ação de improbidade
José Guilherme Bernan Correa Pinto
- ◆ Alguns apontamentos na discussão sobre regime jurídico das carreiras de Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Pública federal, estadual e municipal
Juscimar Pinto Ribeiro
- ◆ Legalidade, competência normativa e competência regulamentar: contribuição analítica para um tema fundamental do direito público
Raquel Elita Alves Preto

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ •Advogado público e honorários

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Constitucional e Administrativo – Mandado de Segurança – Concurso público – Decisão do Conselho Nacional de Justiça que invalidou critério estabelecido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para aferição de títulos de especialização em concurso público voltado à outorga de delegações de notas e registros – Critério ad hoc estabelecido após a fase de títulos e da apresentação de certificados pelos candidatos – Violação ao princípio da segurança jurídica e da impessoalidade – Denegação de Segurança

◆ Superior Tribunal de Justiça

Processo Civil – Embargos de Divergência – Mandado de Segurança – Restabelecimento de vantagem pecuniária de servidor público – Valores que não foram implementados em folha por força de vigência provisória de decisão em Suspensão de Segurança – Trânsito em julgado confirmando o direito pleiteado em juízo – Pagamento – Regime precatório

◆ Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Servidor público federal – Afastamento para tratamento da própria saúde – Efetivo exercício – Artigo 102, VIII, ‘b’ da Lei nº 8.112/90 – Direito ao gozo de férias – Direito fundamental do trabalhador – Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal de 1988

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Apelação Cível – Constitucional e Administrativo – Servidor Público – Previdenciário – Exercício de atividades insalubres – Aposentadoria especial – Conversão em comum do tempo de serviço trabalhado pelo servidor público em locais ou condições insalubres – Mandado de Injunção nº 721/STF – Limites do julgado que não contemplam o direito à conversão do tempo de serviço prestado em condições insalubres para comum, nem sua consequente averbação para fins de aposentadoria por idade ou tempo de contribuição

◆ Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Administrativo – Concurso público – Provimento de cargo de Delegado da Polícia Federal – Primeiro exame de capacidade física – Contusão durante a realização – Exame em data posterior – Aptidão – Curso de formação – Nomeação – RE nº 630.733 – Repercussão Geral – Segurança jurídica – Validade de segunda chamada – Ressalva

◆ Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Direito Administrativo – Improbidade administrativa – Cumprimento de sentença – Perda do cargo público – Aposentadoria por invalidez concedida após a sentença – Cassação

◆ Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Administrativo – Servidor público – Processo Administrativo Disciplinar – Professor da UFC – Realização de Pós-Doutorado no exterior – Demissão – Pedido de prorrogação de licença indeferido pela Administração Pública – Ausência do animus abandonandi – A prorrogação da licença está dentro do âmbito da conveniência e oportunidade da Administração, não cabendo ao Judiciário adentrar nesse seara – Anulação da demissão – Determinação de imediato retorno do servidor

Ementário

- ◆ Administrativo

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 80)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 17, n. 191, jan. 2017

Doutrina

Artigos

- ◆ Hate speech: o voo de Ícaro da liberdade de expressão
Anna Paula Matsuoka Pandim Barbosa Machado
- ◆ O sapateiro de Apeles: o STF após 1988
Cristiano de Jesus Pereira Nascimento
- ◆ O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da Administração Pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público
Emerson Affonso da Costa Moura, Juliana Campos Maranhão
- ◆ Exercício de atividade econômica por entidades paraestatais do sistema “S”
Fábio Ulhoa Coelho
- ◆ A complexidade sistêmica da judicialização e do ativismo judicial no contexto contemporâneo
Marco Falcão Critsinelis
- ◆ Regime de trabalho em consórcios públicos
Roberto Sorbilli Filho
- ◆ O Supremo Tribunal Federal decide que há prescrição nas ações de reparação ao erário por danos causados por ilícitos civis
Toshio Mukai
- ◆ •A (ir)responsabilidade civil do concessionário de serviço público por animal na pista
Wilson Accioli de Barros Filho

Direto ao Ponto

- ◆ Medidas contra a corrupção: a política na era da desconfiança
Fausto Martin de Sanctis

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Inquérito parlamentar e solicitação de documentos

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Administrativo – Concurso público – Carreira de diplomara – Candidato aprovado fora do número de vagas ofertado no edital – Pretensão de qualificar exteriorização de consulta, pela autoridade coatora, acerca da viabilidade orçamentária para provimento de mais um cargo como vaga criada durante a validade do certame – Ausência de direito líquido e certo

◆ Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Mandado de Segurança – Concurso público – Analista de Finanças e Controle (AFC) – Ampliação do número de vagas após homologação do concurso – Nomeação de candidatos fora das vagas previstas – Previsão editalícia de distribuição de vagas por área/campos de atuação – Modificação de proporção na distribuição das vagas excedentes – Violação aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital

◆ Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Servidor público – Critério de preferência na lotação originária – Adoção da ordem de classificação no concurso – Remoção – Preferência dos servidores mais antigos em detrimento dos novatos e dos nomeados – Harmonização dos critérios aplicáveis a situações distintas

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Concurso público – Provimento de vagas destinadas ao cargo de professor da carreira de ensino básico, técnico e tecnológico do primeiro segmento do ensino fundamental – Candidata portadora de sequelas motoras decorrentes de paralisia cerebral – Compatibilidade com as atribuições do cargo – Eventual inaptidão poderá ser aferida no estágio probatório

◆ Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Administrativo – Mandado de Segurança – Servidora militar – Licença gestante – Direito à prorrogação de que trata o Decreto nº 6.690/08 – Ausência de regulamento específico para as servidoras públicas militares – Interpretação e aplicação dos princípios da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da prioridade e interesse superior do menor

◆ Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Administrativo – Processo civil – Embargos de Terceiro – Ação de improbidade administrativa – Execução contra o marido – Decretação de indisponibilidade – Atingimento da meação da esposa – Impossibilidade – Ausência de presunção de que a entidade familiar tenha se beneficiado – Mera decretção de indisponibilidade – Ausência de risco de expropriação à meação

◆ Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Administrativo – Concurso público – Polícia Rodoviária Federal – Candidato não recomendado em avaliação psicológica – Apresentação de parecer elaborado por especialistas – Impossibilidade de o Judiciário rever os critérios adotados pela banca examinadora – Inexistência de ilegalidade ou de inobservância de normas editalícias – Apelação improvida

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Previdenciário
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 81)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação